

SÃO OS MIGRANTES TRADICIONAIS?

Cynthia Andersen Sarti*

É sabido que a significativa maioria da população pobre e trabalhadora da cidade de São Paulo é migrante. Suas vidas são o resultado da urbanização e industrialização do País, a partir dos anos 50, e da intensa migração que fez parte deste processo, sobretudo nos

anos 60 e 70. Era o “sonho feliz de cidade”, a promessa de dias melhores que alimentou o árduo deslocamento para o sul, em busca do Brasil moderno, cuja síntese perfeita estava em metrópoles como São Paulo. Sonho que forjou as periferias pobres das cidades, obrigando sua popula-

ção a “chamar depressa de realidade”, nas palavras de Caetano Veloso, o que se mostrou “o avesso do avesso” de seu sonho.¹

Melhorar de vida

A expectativa de *melhorar de vida* está intrinsecamente relacionada à condição de migrante, sendo o que motiva subjetivamente a inevitabilidade da migração. Ainda que se saiba que as possibilidades de *melhorar de vida* esbarram nos limites de sua condição de *pobres*, é importante considerar a autopercepção dos migrantes de uma melhoria relativa de suas vidas na cidade. Em termos de suas histórias familiares, os moradores da periferia falam da percepção de uma imobilidade social em relação à geração que os precedeu, no sentido de que tiveram acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, sobretudo no que se refere às oportunidades de trabalho, de consumo e de educação para seus filhos encontradas na cidade.

Além disso, houve nos últimos anos em São Paulo uma melhoria nas condições de infra-estrutura urbana e de bens de consumo coletivo, graças, entre outros fatores, à experiência democrática dos anos 80 que significou um aumento do poder de pressão das populações pobres através dos movimentos de bairro. A população das periferias urbanas que migrou há duas ou três décadas conta hoje com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de suas casas e ruas. As possibilidades de consumo individual também ampliaram-se pela própria expansão da sociedade de consumo que, num mecanismo de “participação excludente”, reserva uma

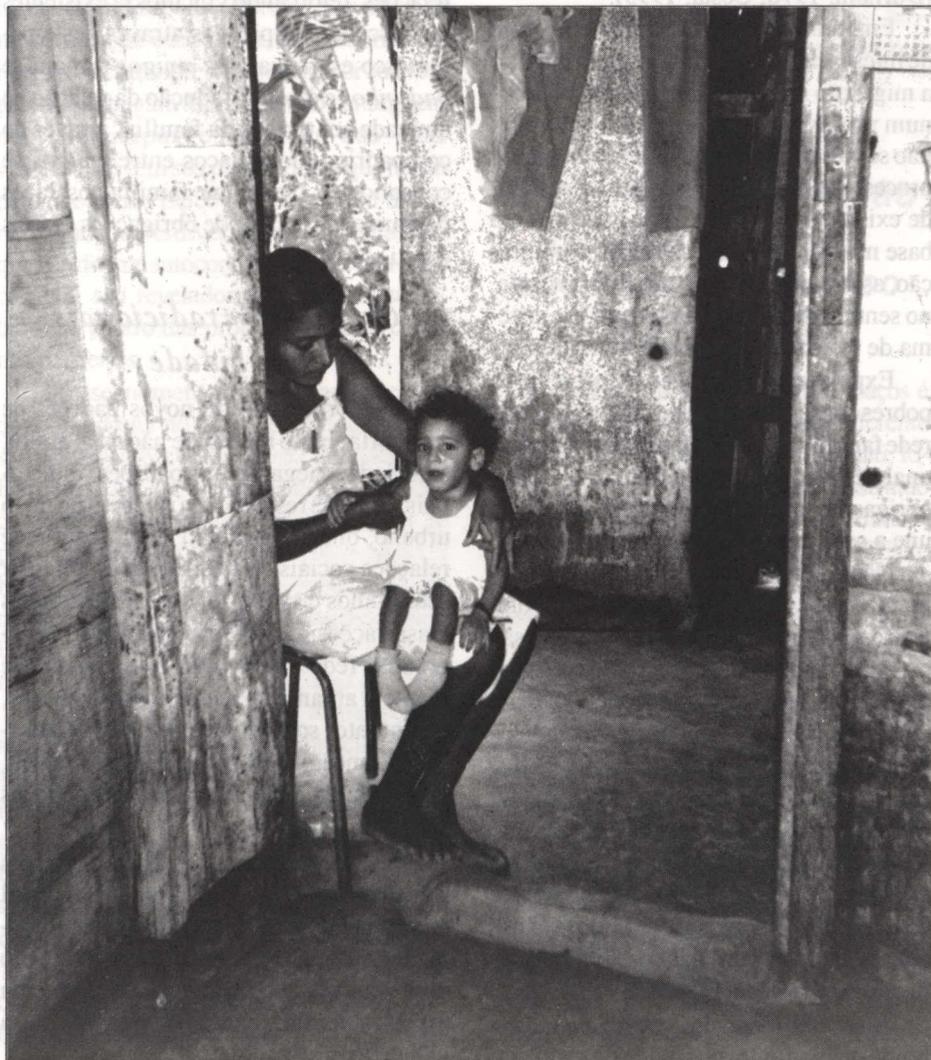


Foto: Sidney da Silva

fátia de seu mercado à população de baixa renda e esses novos padrões de consumo são vividos pela população pobre, especialmente a de origem rural, também *como melhoria de vida* (Durham, 1988).

Essas mudanças confirmam a idéia, expressa por seus moradores, da transformação da periferia como um processo constante, tanto no espaço físico que se expande, como na perspectiva de seus habitantes de melhorar progressivamente sua vida - de *progredir* -, continuando este projeto familiar que se iniciou desde o momento em que eles, seus pais ou seus avós, resolveram migrar.²

Ao contrário dos grupos étnicos que, ao chegarem no novo lugar de moradia, se estruturam em torno de uma identidade comum, construída com elementos culturais que já traziam em sua bagagem, os migrantes que vivem nas periferias urbanas são um grupo social com fronteiras imprecisas. Para os migrantes, que vieram de pontos diferentes do País, comportando muita heterogeneidade, essa identidade cria-se na *periferia*, lugar dos pobres na cidade, que se torna uma referência básica comum. Quando seus problemas de adaptação na cidade já estão relativamente assentados, os migrantes enfrentam o problema de serem *pobres* e o sentido de sua origem, embora marque sua existência, passa a ser reelaborado, diante do fato de que o que conta agora é o que a cidade lhes oferece.

Se acentuei o impacto das mudanças e melhorias de vida - sempre relativas -, dos moradores das periferias urbanas é porque me parece importante para sua definição de pobres no mundo urbano, sobretudo para os migrantes de origem rural. Esta definição envolve uma ambiguidade essencial: vivem num dos pólos mais modernos e desenvolvidos do País e nele trabalham, sendo, portanto, cotidianamente defrontados com as possibilidades deste mundo, sem que, entretanto, a elas tenham acesso, precisamente por serem *pobres*. Nesta ambiguidade, neste querer e não poder, os migrantes - agora os pobres da cidade - estruturam sua identidade social e reconstróem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá. Logo percebem que o acesso

ao Brasil moderno não é para todos, mas tem a marca de uma condição social da qual são excluídos.

A mediação da família

O processo de migração, embora tenha determinações muito mais amplas enquanto forma de integração dos trabalhadores rurais no sistema urbano-industrial, foi viabilizado pela existência e atuação de uma rede familiar. Foi a mobilização de recursos provenientes de relações primárias do migrante - particularmente o grupo doméstico e a rede familiar - o que permitiu seu deslocamento. Chegam a São Paulo seguindo as trilhas de algum parente, que os recebe na cidade e os ajuda a arrumar trabalho, como parte do compromisso moral entre os familiares, sendo através da rede de parentesco que o migrante conhece, interpreta e traduz o mundo urbano (Durham, 1978; Costa, 1993).

Embora o trabalho seja o instrumento de integração do migrante ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres - num processo que escapa a seu controle - não se viabiliza, nem se sustenta enquanto processo social, sem a rede de sociabilidade existente em seu local de origem, com base na família e na localidade. A migração, assim, constitui um processo privado, no sentido de ser assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares.

Expulsos de seu lugar de origem, os pobres conseguem se deslocar graças a esta rede familiar, baseada num padrão tradicional de relações, onde o que conta são as obrigações morais de reciprocidade que os une a seus parentes e a seus iguais.

Não é, entretanto, apenas seu deslocamento que é mediado pela família. Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos, partidos políticos ou quaisquer instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência de instituições públicas eficazes (Durham, 1978), o processo de adaptação na cidade e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nativos, é estruturalmente mediado pela família.

A sociabilidade dos pobres na cidade funda-se, portanto, no código de lealdades

e obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares. Se os migrantes se valem das redes familiares não apenas para migrar, como também para viver na cidade, é porque esta não lhes oferece outra alternativa. Enredados nos fios que os unem a seus iguais, os migrantes constroem seu modo de vida urbano espelhando-se nas relações familiares, dentro do mesmo padrão tradicional de relações que viviam em seu lugar de origem.

Como a sociabilidade dos pobres se concentra no local de moradia na cidade de São Paulo, há entre os moradores da periferia uma tendência a estreitar os laços com a rede de vizinhança, também nos moldes tradicionais de seus locais de origem, às vezes até em detrimentos dos parentes de *sangue*, exceto se estes também se concentrarem na localidade, compartilhando a vida cotidiana. O compadrio tem o sentido de legitimar esta rede de relações, reforçando vínculos já existentes ou buscando ampliá-los através deste parentesco espiritual. Os *amigos* tornam-se *padrinhos* e é nesta tradução da relação de amizade em termos da família, através do compadrio, que os laços entre *amigos* se consolidam. Como na família, os laços passam a ter caráter de obrigações morais (Sarti, 1994).

Os valores tradicionais na cidade

A incorporação de novos padrões de comportamento na cidade não está, assim, associada à negação dos padrões tradicionais, pela sua ressonância também no meio urbano, onde continuam a ser suporte de relações sociais. Na tentativa de realizar seus planos e satisfazer suas necessidades e aspirações, os pobres continuam recorrendo à rede de relações pessoais que se mantém atuante no meio urbano. Não são, no entanto, sobrevivências do mundo rural, herança que trazem em sua bagagem, mas parte estruturante das relações sociais também na cidade.

Não se trata de pensar que os migrantes são portadores de uma cultura tradicional que se mantém na cidade por um componente de inércia ou conservadorismo, como uma danação cultural, mas o problema está em ser este o padrão de relações que a cidade lhes oferece.

O tradicionalismo está, portanto, não no migrante, mas nos padrões de relações sociais no meio urbano com os quais se defrontam como pobres. A urbanização na sociedade brasileira não significou uma ruptura das relações hierárquicas do mundo rural, personalista e patriarcal, mas continuou fazendo valer, também nos supostos espaços "modernos" da cidade e do trabalho capitalista, os valores tradicionais, que ainda moldam comportamentos.

Ser pobre no mundo moderno

Os migrantes na cidade vivem muito próximos aos benefícios do mundo urbano/capitalista, aos quais, entretanto, não têm acesso. Pela sua própria presença neste espaço, entretanto, estão expostos às aspirações e aos anseios que o meio urbano cria, ainda que sejam insatisfeitos e frustrados. Têm o *querer* e a *ambição* descritos por uma mulher, ao falar de sua chegada a São Paulo, vinda da roça:

"A gente chegou aqui e era tudo diferente. Televisão é uma coisa que aqui todo mundo quer ter; você vai na casa de um, ele vê que o outro tem... e ele também quer ter. Lá o pessoal é acomodado naquilo... de viver sempre naquilo... nunca faz força de ir mais para lá. As pessoas são simples, simples de tudo. Não têm esse querer... essa ambição..."

São a periferia, mas de São Paulo, o pólo moderno da economia brasileira, e sua identidade comporta esta complexidade. Estar na capital de São Paulo, a aspiração do migrante, não os retira da condição de *pobres*, mas faz deles os "pobres da cidade". Mas o que é "ser pobre", para quem assim se designa e assim é designado?

Ser pobre, para além da evidência de ser destituído de riqueza, poder e prestígio, é uma condição social que se define pela adesão a um código moral distinto daquele que norteia a lógica do mercado, dominante na sociedade capitalista, criando outras referências positivas para quem é visto como destituído, pelo prisma da sociedade mais ampla.

Através dos valores do trabalho e da família, cria-se como fronteira do mundo dos *pobres* e *trabalhadores* a adesão a um código de obrigações morais que delimita

seu grupo de referência, *como uma família*, retraduzindo a ordem social por valores não-capitalistas e afirmando, assim, uma outra ordem moral, na qual sua existência faça sentido.

Como a família se delimita por obrigações morais que unem seus membros, a identidade dos pobres se estabelece pela adesão a um código tradicional de reciprocidade permeado por obrigações morais. Quebrá-lo significa romper com o grupo de origem, deixando de "ser pobre". Isto, entretanto, não ocorre fatalmente quando se adquire recursos materiais ou se supera os limites das "linhas de pobreza" - definidas nos gráficos dos indicadores sociais -, uma vez que um indivíduo ou uma família podem elevar seus rendimentos e manter sua identidade de *pobres*, o que significa conservar os laços de obrigações recíprocas com seus iguais.

Como a pobreza no mundo moderno é definida essencialmente por um critério político e econômico - os pobres são os carentes da riqueza material e de poder -, é no plano moral que se estabelece a igualdade e onde os pobres podem mesmo ser "superiores". Através de suas virtudes morais, tornam-se *ricos*, e os ricos - pelo critério econômico e político - podem ser privados de riqueza moral, portanto, de virtude, concepção que se relaciona com a profunda religiosidade popular.³

O projeto de *melhorar de vida*, que motiva sua existência, é um projeto formulado dentro dos limites deste código de obrigações recíprocas, que os mantém "iguais" em relação a seu grupo de referência, distinguindo-se do projeto de *subir na vida*, que representa a ruptura com seu grupo de origem. O projeto de *melhorar de vida* e o projeto de *subir na vida* distinguem-se como um divisor de águas, *subir na vida* significa aderir a novos valores rompendo com as obrigações de reciprocidade, que fundamentam sua pertinência a seu grupo social de origem.

Romper com as regras de reciprocidade, na perspectiva de ascender socialmente, significa, portanto, excluir-se do mundo dos pobres. É quando se *enrica*, ainda que isto possa acontecer de modo conflitivo, diante das antigas lealdades. *Enricar* é uma aspiração legítima que faz parte de seu universo simbólico. O que se torna ilegítimo é *enricar sem ajudar os outros*,

uma vez que a riqueza sem generosidade é condenada moralmente, envolvendo a perda da *confiança*, pressuposto básico das regras morais de reciprocidade.

Neste terreno de ambiguidade - que é próprio de uma sociedade que promete e não cumpre, oferece e não permite ter, exhibe e não deixa tocar -, os pobres constroem seus valores buscando explicações que façam suas vidas terem sentido. A inacessibilidade ao que lhe está tão próximo reforça a afirmação de outros valores tradicionais -, em contraposição aos que lhe são inatingíveis. Estes passam a não ser formulados expressamente como desejáveis, ainda que não deixem necessariamente de sê-lo - nisto está a ambiguidade. Assim, reafirmam um mundo próprio por eles valorizado, no qual se reconhecem e são reconhecidos.

* Cynthia Andersen Sarti é Doutora em Antropologia Social pela USP, Professora em Saúde Pública no Dep. de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina).

NOTAS

1. Os argumentos aqui discutidos são o resultado de uma pesquisa feita num bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo. Foram desenvolvidos e analisados em minha Tese de Doutorado (Sarti, 1994).
2. Esta idéia de *progresso*, no entanto, é sempre relativa, o que significa que, no processo de expansão da cidade e na percepção que seus habitantes têm do lugar que ocupam nesta estrutura social, o *pior lugar da cidade* vai sendo constantemente deslocado para novas fronteiras, num mecanismo circular e reiterativo das diferenciações sociais.
3. Através desta moralidade, os pobres atualizam os critérios relativos que definem a pobreza na sociedade medieval, que tem conotações negativas e positivas (Mollat, 1989). A pobreza sempre foi signo de carência de várias ordens, mas era também signo de virtude, como no caso do renunciante que se priva das coisas deste mundo em nome de algum valor moral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Maria Cristina S., *Vidas em Trânsito: trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1993.
- DURHAM, Eunice R., *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1978 (2ª edição).
- -----, A Sociedade Vista da Periferia. In: KOWARICK, L. (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade - São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNRISD/CEDEC, 1988. p. 169-204.
- MOLLAT, Michel, *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- SARTI, Cynthia A., *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1994.